

Resenhas

RICARDO ANTUNES

Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo, Ed. da Unicamp/Cortez, 1995, 155 pp.

Celso Frederico (Professor da USP e membro do Comitê Editorial de *Crítica Marxista*)

Já é tarde para anunciar a importância desse novo livro de Ricardo Antunes: poucos meses após o lançamento, duas edições esgotaram-se e, tudo indica, novas deverão sair. Fato surpreendente num momento de baixa no mercado editorial, talvez explicável pela presença constante do autor nos debates acadêmicos e sindicais, pela linguagem jornalística acessível ao grande público e, principalmente, pela atualidade do tema.

O livro compõe-se de um longo ensaio e de um apêndice contendo seis textos curtos sobre assuntos que gravitam em torno de um tema comum: as mudanças propiciadas pela revolução técnico-científica e seu impacto sobre a classe operária. Tais textos, embora não acrescentem muito ao núcleo do livro, ajudam o leitor a entender melhor o universo teórico em que o autor se move.

O ponto de partida é o livro de André Gorz *Adeus ao proletariado*, publicado em 1980, que propiciou um amplo debate com intervenções de Claus Offe, Benjamin Coriat, Alain Touraine, Jean Lojkine, Ferrus Murray, Adam Schaff, Ernest Mandel, István Mészáros, Robert Kurtz, Alain Bihr, Thomas Gounet, Frank Annunziato, David Harvey e Simon Clarke. São esses autores que fornecem os dados para descrever o impacto tecnológico no mundo do trabalho e as interpretações díspares filtradas pelo olhar crítico e exigente de Ricardo Antunes.

Com esse referencial bibliográfico, o livro faz um retrato das transformações em curso no mundo do trabalho, transformações balizadas pela passagem do fordismo aos novos processos produtivos. Caracterizando essa passagem, o autor enfoca as suas consequências sociais: a redução do proletariado industrial e sua fragmentação, a dessindicalização, a

flexibilização do mercado de trabalho etc.

Diante desse quadro, o debate vai gravitar em torno da centralidade ou não do trabalho no processo emancipatório. Polemizando com os diversos autores que na esteira de Gorz deram o seu "adeus" ao proletariado, Ricardo Antunes, seguindo Lukács e Mészáros, afirma a prioridade ontológica do trabalho para, então, poder concluir: "a revolução de nossos dias é (...) uma revolução no' e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado (...]. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador". Decorre dessa firme convicção a crítica à atitude defensiva dos sindicatos.

Adeus ao trabalho? propõe-se, modestamente, a ser apenas um ponto de partida para futuras pesquisas. Quem sabe, aprofundando o tema, o autor contemple um espaço ainda em aberto: a reflexão sobre os aspectos políticos da modernização tecnológica. A simples recusa à "integração" na ordem burguesa e o chamado ao confronto aberto entre trabalho e capital surgem no texto mais como uma reiteração de princípios gerais do que como decorrência necessária extraída da análise objetiva das possibilidades concretas inscritas no ser social, vale dizer, do desdobramento político inferido do estágio atual da correlação de forças. Se a classe operária encontra-se ainda perplexa com o ritmo frenético das transformações; se ela está enfraquecida pelo incessante aumento das taxas de desemprego e de

dessindicalização; se mesmo nos países desenvolvidos - com sindicatos consolidados e muito mais experientes que os nossos - a classe operária atua defensivamente, como exigir, no Brasil atual, uma estratégia ofensiva contra a ordem, "além do capital", como quer o autor?

Tal descompasso reflete-se, vez ou outra, em expressões vagas de cunho filosófico (e não político) que o autor utiliza para justificar a estratégia ofensiva: "desidentidade entre o indivíduo que trabalha e a sua dimensão de gênero humano", "o desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana", "busca de uma vida cheia de sentido", "luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo" etc. O Lukács da Ontologia, citado no livro, observou, contrariamente, que "nas situações revolucionárias e mesmo já em seus processos preparatórios" as questões centrais "apresentam-se à grande

maioria dos homens como problemas que indicam o seu destino de vida, que, em contraposição à cotidianidade 'normal', assumem já no imediato a qualidade de uma pergunta formulada com clareza e que se deve responder claramente".

A ausência da política faz-se acompanhar também de uma inconfessável nostalgia do fordismo, quando a opressão era visível e a revolta facilitada pela concentração industrial. Nas novas condições, entretanto, a urgência da revolta operária é justificada pelo medo do "envolvimento" operário no processo produtivo. Mas envolvimento na produção é o mesmo que integração ideológica sem retorno no capitalismo ou, ao contrário, é um momento necessário para a futura autogestão?

São questões difíceis levantadas pela leitura desse livro ousado, oportuno e atual - mais uma intervenção do inquieto espírito militante de Ricardo Antunes.

ISABEL LOUREIRO

Rosa Luxemburgo - Os dilemas da ação revolucionária, São Paulo, Editora da Unesp, 1995.

Maria Orlanda Pinassi (Professora de Sociologia da Unesp, campus de Marília).

Na epígrafe original do seu romance *Pais e filhos* - epígrafe que, mais tarde, é descartada pelo autor-, Turgueniev tensiona a relação do velho aristocratismo russo e o insurgente radicalismo racionalista que invade a Rússia na segunda metade do século XIX, por meio do seguinte diálogo: "- O jovem ao homem de meia-idade: 'Você tinha conteúdo, mas não tinha força' - O homem de meia-idade ao jovem: 'Você tem força, mas não tem conteúdo' ". Algumas décadas depois, esse vai ser o drama de Rosa Luxemburgo; mesmo tom controverso, tensionado, que imprime à sua teoria da ação revolucionária: a consciência teórica, latente - o conteúdo - do proletariado alemão é contraposto (ou se complementa, por meio da revolução permanente) na

permanente) na "ação audaz", na consciência adquirida da experiência prática, da luta, na qual se concentra a força do proletariado russo.

Eis a centralidade dos dilemas de RL, descrita e narrada, analisada com imanência por Isabel M. Loureiro que nos presenteia com um texto verdadeiramente empolgante. Originalmente elaborado como tese de doutoramento, a relação imanente que a autora estabelece com a vida e a obra de RL permite-lhe ir muito além, ou melhor, que supere eventuais formalidades acadêmicas. Isso se traduz numa vigorosa e fecunda capacidade narrativa capaz de dar sentido histórico e atualismo ao debate, de pôr na ordem do dia os dilemas de RL, dilemas esses que não eram os dela, mas da natureza, do

caráter mesmo do processo revolucionário que testemunhou, teorizou e do qual participou ativamente. Loureiro, numa harmonia incomum de sensibilidade e maturidade intelectual, revivifica os liames políticos que a personalidade de Rosa fez atar, em definitivo, ao seu cotidiano, aos seus traços mais pessoais e íntimos. Faz isso sem compor uma biografia solene da sua intimidade, tema do filme de Margarethe von Trotta, que, ao tocar nesse viés, mostra-nos que essa intimidade foi, sempre, fundamentalmente política.

Loureiro capta, com seus próprios recursos sensíveis, esse indissolúvel envolvimento que RL jamais abandonou, nem mesmo em tempos de crise e desilusão com a destinação socialista da humanidade. Os seus escritos da prisão revelam que também ela amadurecia a partir da luta. Os questionamentos, as críticas que dirige ao ativismo partidário começam ainda em 1905 e definem-se claramente em 1914. Reforçam seu crédito na cri atividade revolucionária, obtida unicamente por intermédio da liberdade, do espontaneísmo das massas em luta, para as quais teoria, partido e vanguarda deveriam ter papel mediador de agitação e esclarecimento, jamais ser finalidade. A relação entre a consciência e o processo objetivo da história é o módulo central do seu pensamento político, como demonstram os seus escritos "de tática, de formas organizatórias, da luta de classes, em que a sua própria experiência é fundamental, e nos quais revela a sua sensibilidade para a apreensão e análise da realidade concreta, o socialismo" revelando-se "criação das massas e não fim prévio estabelecido pela teoria" (Loureiro, p. 45).

Em síntese, esse olhar, de alguma forma "enviesado", que RL arremessa para fatos, idéias e tendências revolucionárias, valeu-lhe, em muitas ocasiões, isolamento, perseguições, culminando na tragédia em que se revestiu o seu assassinato nos marcos iniciais da República Democrática de Weimar. Mas a riqueza desse olhar - realista e coerente em muitos aspectos - se compõe nas controvérsias que manteve com outras tantas figuras centrais do marxismo

revolucionário de então. Lenin e os bolcheviques tiveram o seu apoio crítico, profético no relevo que dá às armadilhas do aparelho burocrático montado e que transfigura a concepção original "ditadura do proletariado" em "ditadura do partido". Da mesma forma, vai sendo paulatinamente neutralizada pela política revisionista dos social-democratas Kautsky, Bernstein, Bebel, com os quais polemizou, a despeito das relações de amizade profunda, como as que manteve com Karl e Luise Kautsky. Acreditando sempre na luta por dentro do partido, cria com Liebknecht, Clara Zetkin e Franz Mehring, a Liga Spartakista, compondo, assim, a esquerda radical no interior do SPD. Originalmente, a Liga se forma como um movimento de oposição à guerra de 1914, confrontando as orientações do SPD, que havia deliberado pelo apoio às forças burguesas. Mais tarde, impulsiona a revolução alemã, numa franca disposição de pôr em marcha a necessidade histórica da revolução permanente, acompanhando a teoria elaborada por Trotsky.

Visionária, romântica, espontaneísta, economicista foram algumas das adjetivações pelas quais a conhecemos na literatura marxista. Mas Isabel Loureiro desfaz, ponto a ponto, essa leitura chauvinista dos seus escritos. Corroborando com Lukács, tonifica o fato de que empenhou toda a sua vida à idéia de que "só a classe pode penetrar ativamente a realidade social e transformá-la em sua totalidade" (Lukács, em *Rosa Luxemburgo como marxista*). Ao final do livro, Loureiro explicita a sua dívida para com esse ensaio de Lukács, em que afirma aí ter havido plena identificação do filósofo húngaro com o pensamento luxemburguista "tanto no plano metodológico (categoria da totalidade) quanto no político (relação partido/massas)" (p. 187). A autora diz, ainda, que, em meio às tormentas revolucionárias, os dilemas de um foram os dilemas do outro, mas que as tensões que ocorrem "entre o objetivo final socialista e a prática reformista da classe" vão ser resolvidas (ou não) diferentemente por ambos. Lukács busca uma solução teórica "aderindo à concepção leninista do partido

vanguard", e o "fim trágico de Rosa (...) uma espécie de coroamento consequente de seu pensamento e vida" vai impedi-la de dar termo à questão. Este, talvez, constitua o ponto mais aberto do trabalho de Loureiro, na medida em que dá margens, em primeiro lugar, a uma interpretação fatalista à destinação dos dilemas vividos por RL, principalmente se se considerar o tom profético que imprime aos seus vislumbres no que diz respeito ao drama revolucionário russo. Em segundo lugar, a sua análise pode conduzir a uma apreensão reducionista do "distendimento" de Lukács. Analisando o conjunto de sua obra, é de se pensar que aquele fato, naquela conjuntura, foi, antes, complicador para a sua teoria do que uma solução. Aí, entretanto, se revela o eixo metodológico da análise de Loureiro, cujos pressupostos da crítica social da modernidade foram, na matriz, fortemente inspirados na história e consciência de classe.

De alguma forma, procede o pessimismo do livro, porque, sem cair nas armadilhas paralisantes, esse pessimismo carrega para a análise uma lúcida e atual reposição de RL com a conceitualização das massas. Nestes nossos tempos, em que a propalada "crise das ideologias", através dos seus interlocutores mais ferozes, vem tentando tornar tais questões - como revolução, partido, luta de classes -

nada mais que meras questões e nada mais que meras reminiscências, idéias sem fundamento e mal-alicerçadas nas bases da realidade, vencidas que foram pela condenação histórica ao chocarem-se com a superioridade capitalista, Isabel Loureiro, consciente disso, dá a sua contribuição para destruir a ilusão burguesa de que sua destinação será eterna. Mas os dilemas de RL - e o livro nos demonstra com perfeição todos eles - são, mais do nunca, os dilemas da crítica marxista contemporânea. Dimensões que, se durante as tramas vivenciadas por RL, apenas se fazem contorno, hoje estão claramente definidas e fazendo estragos profundos. Ideologia, indústria cultural burguesa, manipulação, relações cibernéticas vêm tomando, em definitivo, o lugar da coerção pela força. Não há mais lugar para as ações heróicas. Os homens, assemelhando-se aos robôs, demonstram prioritariamente que a problemática da conscientização das massas se coloca na ordem do dia. Essa é a mensagem que o livro envia aos leitores; através da consciência que a própria RL teve do processo histórico, ao socialismo, a humanidade foi levada a optar pela barbárie. É com esses elementos, e não com a vontade revolucionária das massas, que temos que reaprender a ler Rosa Luxemburgo.

CELSO FREDEERICO

O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social, São Paulo, Cortez.
Francisco José Soares Teixeira (Professor de Economia da Universidade Federal do Ceará).

O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social tem como objetivo central investigar a evolução intelectual do pensamento de Marx, centrando atenção particular na sua obra de juventude. Celso Frederico descortina essa trajetória tomando como ponto de partida os *Manuscritos de Kreuznach* passando por *A questão*

judaica e a *Crítica da filosofia do direito de Hegel (Introdução)*, até chegar aos *Manuscritos econômico-filosóficos* e daí à *Ideologia alemã*, para então buscar na obra de maturidade, e com muita propriedade, diga-se de passagem, algumas teses centrais para dar razão à leitura que faz dessa evolução. Mas, ao mesmo

tempo em que ele mostra essa evolução, convida o leitor para, juntos, desenvolverem o "fio vermelho da teoria revolucionária marxiana". Assim, anuncia desde o começo a associação entre teoria e política, teoria e *praxis*, indissociavelmente presentes ao longo do pensamento de Marx.

Acreditando que o papel do resenhista não se resume unicamente a estabelecer um diálogo com o autor, mas, sim, induzir o público a se dispor a ler o livro, parece então ser conveniente expor as idéias centrais do texto.

Celso Frederico começa sua exposição, capítulo I, apresentando o debate que se desenvolveu entre os discípulos de Hegel, logo após a sua morte. Nesse debate, de um lado, estava a ala conservadora, para quem o sistema hegeliano era uma expressão da realidade presente da época, o que lhe permitia justificar a necessidade do Estado prussiano. De outro, estavam aqueles que compunham a esquerda hegeliana, que rechaçava o sistema filosófico geral de Hegel, para guardar desse sistema o seu método e, assim, retirar dele desdobramentos revolucionários para combater a monarquia prussiana. Nesta ala militavam intelectuais como Marx, Engels, Ruge, Feuerbach, entre outros.

Partindo daí o autor de *O jovem Marx ...* reconstitui as idéias centrais da filosofia feuerbachiana de que Marx se serve para sua primeira crítica da *Filosofia do direito de Hegel*. O ponto em torno do qual gira essa crítica são as mediações que Hegel expõe para chegar ao conceito de Estado. Admitindo, como Feuerbach, que tais mediações não passam de falsas abstrações, da criação fantasmagórica de um pensamento especulativo, Marx investe contra Hegel, acusando-o de mistificador da realidade. Por isso, o jovem Marx acreditava que criticando a filosofia hegeliana estaria, assim, criticando a própria realidade que, segundo ele julgava, servia de referência a essa filosofia. É aqui que aparece com toda força a herança iluminista que orienta o pensamento do jovem ensaísta dos *Manuscritos de Kreumach*.

É claro que existe uma diferença enorme que separa Feuerbach de seu discípulo

revolucionário: o jovem Marx. Enquanto aquele elegera a religião como objeto a ser desmistificado, Marx, diz Celso Frederico, "elege como objeto a ser desmistificado não um produto da consciência, mas um ser material: o Estado ...". Em seguida, acrescenta: "a quimera da religião, responsável pelo exílio da essência humana no além, cede lugar ao Estado político, entendido como projeção ilusória de um ser material" (p.56).

Acompanhando um pouco mais a leitura que Celso Frederico faz dos *Manuscritos de Kreumach*, torna-se clara a rejeição de Marx ao uso de mediações, de universais, para se chegar à verdade. Com efeito, Marx via na corpo razão - urna mediação de que se serve Hegel para compreender as interligações que se estabelecem entre o poder do Estado e a sociedade civil - uma pura invenção especulativa, com o intuito de juntar o que, na realidade, se encontra separado. Quanto a isso, o autor de *O jovem Marx ...* é muito claro. Convidando o leitor para, juntos, acompanharem os comentários que Marx faz do parágrafo 304 da *Filosofia do direito*, ele cita urna passagem na qual Marx diz que " 'dois extremos reais não podem ser mediatizados precisamente porque eles são extremos reais' " (p. 64). Por isso, julga que a sociedade civil e o Estado são dois extremos reais, que não podem ser mediatizados. Assim, comenta Celso Frederico, Marx "reiterou urna visão dualista que consagra a irremediável separação entre as duas esferas [...]. O Estado, assim, está condenado a permanecer 'estranho e exterior ao ser da sociedade civil' "(p. 75). Diante disso, o jovem ensaísta vai propor a democracia como urna forma de vida, na qual os homens, desvencilhados das garras do Estado, fundam o reino de felicidade, onde todos serão livres. Mas é aí que as coisas se complicam, como acertadamente reconhece Celso Frederico. Como Marx rejeitava toda e qualquer mediação, "parece que o Estado, à semelhança do universo onírico da religião, é aniquilado, sem mais, pela força da consciência crítica dos homens redimidos, como se a máquina estatal não tivesse uma existência real e uma capacidade de

retaliação feroz às pretensões emancipatórias dessas consciências rebeldas [...] O Estado, num passe de mágica, parece que desaparecerá ou, melhor dizendo, será reapropriado pela consciência humana desejosa de recuperar sua essência extraviada" (p. 86).

Assim, Celso Frederico conclui sua leitura dos *Manuscritos de Kreuznach*, para, em seguida, ir ao encontro de Marx na cidade de Paris para investigar dois textos importantes: *A questão judaica* e *Crítica da filosofia do direito de Hegel (Introdução)*, ambos publicados na revista *Anais franco-alemães*. Aqui, a distância que separa Marx de Feuerbach cresce consideravelmente, muito embora o pensamento marxiano continue preso à interpretação feuerbachiana da religião. A partir da leitura que o autor de *O jovem Marx ...* faz do texto *Crítica da filosofia do direito de Hegel (Introdução)*, que não deve ser confundido com os *Manuscritos de Kreuznach*, o leitor pode perceber as transformações mais profundas por que passam as concepções teóricas do jovem Marx. É nesse texto que Marx se refere, pela primeira vez, a uma classe social capaz de conduzir o processo de emancipação da humanidade. Essa classe é o proletariado. A crítica da filosofia é feita agora a serviço da revolução social. Entretanto, Celso Frederico reconhece que nessa nova etapa da constituição de sua teoria social, " ... aberta pela redação da *Crítica da filosofia do direito de Hegel (Introdução)*, *praxis* é sinônimo de ação política revolucionária, mas de ação movida por uma idéia que lhe é exterior e que tudo conduz. É do próprio movimento do pensamento que brota a reivindicação da emancipação humana como um imperativo categórico, para retomarmos a expressão idealista empregada por"

(p. 108).

Somente com a redação dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx dará um passo decisivo para a construção de sua teoria social. A partir daí, ele " ... lança-se num tema central para o desenvolvimento de sua teoria social: as relações entre a propriedade e o trabalho alienado, chave para a justificação teórica do comunismo" (p. 128). Desde então, pôde se posicionar criticamente frente a Feuerbach e a Hegel e, então, " ... encontrar o seu caminho. A apropriação da teoria feuerbachiana da alienação [...] é superada nas reflexões de Marx, ainda incipiente, de uma visão teórica que, daí para frente, acompanhará toda a sua trajetória [...] A novidade radical do pensamento marxiano faz sua aparição nas páginas atormentadas desses manuscritos nos quais o jovem ensaísta se dedica ao acerto de contas com a dialética e, assim fazendo, aproxima-se criticamente do método hegeliano" (p. 165).

Mas o que significa essa aproximação com o método hegeliano? Que doravante o conhecimento é um processo mediado. Noutras palavras, a certeza sensível, como pensava Feuerbach, não é mais o critério da verdade. Entretanto, se Celso Frederico descobre que a verdade mediada levou Marx a uma teoria revolucionária científica, por outro lado, ele permanece calado quanto ao modo de como este pensador adquire essas mediações. Se a certeza sensível cede lugar a mediação, como; então, Marx se apropria dessas mediações? Essa é uma questão que o autor de *O jovem Marx ...* deixa em aberto. Por isso, não seria de todo inapropriado perguntar-lhe se essa lacuna não abre uma porta para levar Marx de volta ao empirismo.

DÉCIO SAES

Estado e Democracia: ensaio teóricos, IFCH/Unicamp, Coleção Trajetória, 1, 1994.

João Quartim de Moraes (professor do IFCH/Unicamp).

Sete estudos compõem o livro de Décio Saes que inaugurou a Coleção Trajetória do IFCH/Unicamp. Quatro deles, "O conceito de Estado burguês", "A esquerda e a questão das formas de governo no Estado democrático-burguês", "A democracia burguesa e a luta proletária" e "Socialismo e democracia", estão explicitamente centrados no tema anunciado no título. Dois, "Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação" e "Monarquia e capitalismo", também estão consagrados ao tema central, embora examinem formas políticas diferenciais do Estado burguês e um examina "duas concepções distintas do Estado" na obra de Marx, aquela dos escritos de 1843-44 e a que se consolidará no período 1948-52.

Objetividade e clareza expositiva, precisão analítica e rigor argumentativo, características constantes do trabalho intelectual de Décio Saes, continuam presentes, nesta edição por ele revista e atualizada dos resultados de uma reflexão que se estende de 1977 a 1993. Como ele próprio ressalva na *Introdução*, à unidade temática expressa no título corresponde a unidade de inspiração teórica, haurida "na teoria (marxista) do Estado proposta por Nicos Poulantzas em *Poder político e classes sociais*". O que não o impede de assinalar, sempre que lhe parece necessário, suas discrepâncias com aquele autor.

Mais um livro é denso, maior é o risco que corre o crítico de oferecer uma síntese incompleta quando não deformadora. Dele fugiremos reconhecendo desde logo os limites do presente comentário. Ele pretende tão-somente, reconhecendo sem reservas a estatura teórica da obra em seu todo, discutir algumas teses que põem em questão concepções consagradas no pensamento marxista.

O primeiro estudo coloca a questão fundamental da "natureza da correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção

capitalistas" (p. 19). Tal correspondência "não consiste numa relação causal simples entre ambos". A "verdadeira relação" consistiria em que "só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas" (p. 21). Tornar possível é condicionar negativa e positivamente. A condição meramente negativa enuncia-se: se não-A, então não-B. Mas Décio não está sustentando apenas que sem Estado burguês não há capitalismo. Sustenta também que o Estado burguês (e só ele) integra a reprodução das relações produtivas capitalistas. Para aquilatar o alcance deste enunciado, basta considerar que o proletariado é condição apenas negativa do capitalismo, já que, na Roma Imperial (de onde, de resto, vem o termo), havia proletariado mas não havia capitalismo. Onde nossa perplexidade: se o Estado burguês é constitutivo do capitalismo, então a superestrutura política engendra, como um demiurgo do real, as relações capitalistas de produção.

Esta consequência, manifestamente paradoxal na perspectiva marxista, é firmemente assumida pelo autor ao caracterizar como *ilusória* a equivalência na troca da força de trabalho pelo salário. Pagar o trabalho, substância do valor, seria trocar o valor produzido pelo trabalho pelo mesmo valor expresso em dinheiro, $v = v$, isto é trocar, digamos, dez horas de trabalho por dez horas de trabalho. Seria pois pagar o trabalho contido no trabalho: um absurdo lógico antes de ser uma impossibilidade social. Ao mostrar que o capitalista paga não o trabalho, mas a força de trabalho, Marx desatou o nó da teoria do valor de Adam Smith e David Ricardo. A força de trabalho, porém, e efetivamente (e não ilusoriamente) paga. Que seu uso consista em produzir *mais valor* do que aquele correspondente a seu salário não implica que a troca do salário pela força de trabalho não seja

troca de equivalentes. Décio, entretanto, insiste em que a troca de equivalentes é a *forma* pela qual se processa a *troca desigual* entre o uso da força de trabalho e os meios materiais de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho (salário) (p. 24). Exatamente porque o conteúdo desta troca é extorsão de sobretabalho, de trabalho não-pago, a equivalência seria uma ilusão. "A compra e venda de força de trabalho, como se este fosse uma mercadoria, pode ser considerada uma *pura ilusão* ou uma *máscara do real*, desde que se reconheça que esta ilusão ou essa máscara também produzem *efeitos reais*." É a ilusão, com efeito, "que faz com que o produtor direto e o proprietário dos meios de produção renovem permanentemente, ao nível do processo de produção, a troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário" (p. 25).

Marx criticou Hegel por erigir a Idéia em demiurgo do Real. Que dizer de uma idéia *ilusória* condicionando a reprodução das relações capitalistas de produção? Há proletários ingênuos o bastante para imaginar que o salário que recebem retribui exatamente o valor que criam. Mas são muito numerosos também os que sabem serem explorados. Em síntese: conceder à "ilusão mercantil" função constitutiva do capitalismo (Décio não diz que ela "justifica" e sim que ela "faz" com que trabalho assalariado e capital "renovem permanentemente" a troca que os repõe como tais) implica erigir a consciência (ilusória) em *causa* do processo econômico, em vez de considerá-la como reflexo mental fantasmagórico das condições reais da produção.

A condição proletária não se apóia em ilusões. É conseqüência dura e solidamente concreta da *separação* entre o trabalhador e os pressupostos objetivos do trabalho. Se Décio superestima desmesuradamente o peso da ilusão subjetiva, subestimando, na mesma medida, o da separação objetiva, é porque assim o exige sua tese central, assumidamente retomada de Poulantzas, a saber o caráter determinante do Direito (e do Estado) burguês na reprodução das relações capitalistas. Considera a separação objetiva num único aspecto, sem dúvida decisivo (a socialização do processo produtivo introduzida

pela grande indústria), mas insuficiente para fundamentar objetivamente a *proletarização dos produtores*, pelo simples fato de lhe ser histórica e logicamente posterior. A grande indústria, com efeito, *pressupõe* a manufatura na qual se concretizou, com a extinção das corporações de artes e ofícios, a separação entre o produtor direto e os meios, principalmente os instrumentos, de produção.

O estudo consagrado ao conceito de Estado em Marx, notavelmente conciso e bem-articulado, inspira-se em preocupação convergente com a que o levou a conferir caráter de condição objetiva à "*ilusão*" da equivalência. Exatamente por concebê-lo como o *fator determinando de tal ilusão*, enfatiza fortemente o *caráter funcional* (mais do que *instrumental*) do Estado, definindo-o por sua *função* de condicionante jurídico-político da reprodução das relações capitalistas de produção. O preço desta coerência teórica não é baixo. Leva-o a desqualificar como "deslizes terminológicos" (fórmula que retoma explicitamente de Poulantzas) nada menos do que as merecidamente célebres análises do 18 *Brumário* sobre a autonomização do poder de Estado no bonapartismo (pp. 68 ss.). Está com efeito na lógica de sua interpretação negar relevância a tudo que afaste o Estado burguês das funções infra-estruturais que lhe atribui.

Certamente entre as questões mais importantes discutidas em *Estado e democracia* está a crítica à suposição, comum aos eurocomunistas e aos trotskystas, de que "a democracia burguesa, como produto histórico concreto de práticas de classe, tem de corresponder necessariamente, e de modo integral, aos objetivos, intenções ou finalidades de uma só dentre as classes sociais antagônicas", o proletariado (eurocomunistas) ou a burguesia (trotskystas) (p. 160).

A concepção eurocomunista, que remonta a Kautsky e a Max Adler, separa "radicalmente *instituições democráticas* e *Estado burguês*, considerando que a *democracia política é a forma* que, nas formações sociais capitalistas, recebe como *conteúdo* a dominação de classe burguesa" (p. 153). Esta concepção

antileninista nega "o caráter burguês das instituições democráticas existentes nos Estados burgueses" (pp. 153-4).

"*Simetricamente* oposta", já que "se situa dentro da mesma *problemática*", está a tese, cujo patrono é Trotsky, de que "foi a burguesia quem criou as instituições democráticas do século XIX" (p. 158). Uma variante desta tese encontra-se nas teses sobre o capitalismo monopolista de Estado sustentadas pelo Partido Comunista Francês: "no capitalismo concorrencial, a burguesia tem necessidade da democracia (representação da multiplicidade de interesses burgueses individuais em concorrência através do Parlamento), enquanto, no capitalismo monopolista, um escasso número de burgueses, proprietários de monopólios, liga-se diretamente ao Executivo e à burocracia, prescindindo do Parlamento" (p. 159).

Décio constata que embora constitua forma do Estado burguês, "a democracia burguesa é o resultado deformado de um processo de luta, não correspondendo às intenções nem de um, nem de outro dos agentes" (p. 168). Logo antes, entretanto, na mesma página 168, havia apresentado "a igualdade política formal entre todos os indivíduos" como concessão (ilusória), concluindo que "a burguesia quer convencer as classe populares de que 'o povo representado no Estado' é o meio adequado para a transformação de uma sociedade de classes [...] numa democracia socioeconômica e de que os direitos políticos constituem a condição de satisfação das suas aspirações igualitárias". Além do estilo psicologista da formulação (a burguesia é apresentada

como um indivíduo coletivo, capaz de volições e até de artimanhas), surpreende, até pelo contraste com seu habitual rigor, esta peculiar exposição do conceito de democracia como *forma* do Estado burguês *deformada*. Qual o estatuto de objetividade da *forma pura* de democracia para a qual aponta implicitamente tal *deformação*? Se for o mesmo que o da noção poulantziana de forma "típica" por oposição às "formas atípicas", estaremos perto da categoria weberiana de "tipo ideal" ...

Assinalemos, enfim, a crítica incisiva e pertinente da concepção liberal de democracia, notadamente do princípio da separação dos três poderes: "não há independência nem equilíbrio na relação entre os 'três poderes' do Estado burguês democrático" e sim "dominação do órgão de representação política (Parlamento) por um aparelho burocrático ... " que monopoliza "o momento supremo do processo decisório estatal (ou seja, a *execução* da política do Estado" (pp. 1867). Acrescenta, em nota, que o "poder Judiciário é, em tudo, modo de recrutamento, organização e atuação, um segmento da burocracia estatal". Os "três poderes" não passam, portanto de ficção liberal.

Assinalemos, a título de conclusão (precária), a decisiva importância dos temas tratados no último estudo, "Socialismo e democracia". Não é indispensável concordar com tudo que lá está para reconhecer o alcance da contribuição de Décio Saes à elucidação de uma questão fundamental para a refundação do programa socialista neste final de século e de milênio.

FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA

*Pensando com Marx- uma leitura crítico-comentada de
O capital* São Paulo, Editora Ensaio, 1995, 537 pp.
Mário José de Lima (professor do Departamento
de Economia - Universidade Federal de Uberlândia)

O texto de Teixeira abre caminho para uma introdução à obra de Marx. Isto, no entanto, não é tudo. O autor enfrenta as questões clássicas do campo marxista e aquelas propostas pela interlocução entre este e as ciências sociais. Inscrevendo-se na trilha de autores tais como Roman Roldolsky, aponta para além da mera exegese: busca tematizar o capital, tendo por enquadramento os escritos marxianos mas, ancorado na complexidade atualizada do mundo do capital. Antes de qualquer outra apreciação, nisto reside um dos pontos fortes do livro: o esforço tem por propósito não resvalar no vazio histórico, comum a tantos outros esforços de "exegese" dos textos de Marx.

Este retomar às fontes do pensamento marxiano, aponta, principalmente, em duas direções. De um lado, recupera o debate entre Marx, Quesnay, Smith, Say, Malthus, Ricardo, entre outros, cujos termos estão postos, a cada momento, principalmente em *O capital*. O texto de Teixeira, no entanto, não se lança para trás na construção de uma arqueologia do pensamento econômico. E nisso polemiza com a visão que nega atualidade à obra marxiana.

A recuperação da trajetória do texto marxiano oportuniza a ordenação do espaço das críticas a que se submete o pensamento marxista. Neste sentido, Teixeira inaugura sua exposição, ocupando lugar no debate sobre o papel do trabalho na organização das sociedades humanas, que ganha corpo e se fortalece nos dias atuais. E o faz insistindo sobre a permanência do trabalho abstrato como "a força estruturadora e socializadora", no contexto do desenvolvimento capitalista, ou da "valorização do valor". A organização temática do livro persegue as "metamorfoses do trabalho" até a preeminência do "trabalho abstrato".

Segue, portanto, a trajetória de Marx, principalmente em *d capital*, evoluindo das categorias mais simples até níveis menos elevados de abstração, quando examina as questões próprias das relações concorrenciais, campo do movimento dos capitais ou da "pluralidade dos capitais".

Há vantagens em enfrentar os temas pelos esclarecimentos de passagens da obra marxiana, à luz de leituras autorizadas. É o caso da questão do papel do valor de uso em Marx. Este tema alimenta a crítica que os autores da Escola da Regulação fazem a Marx na tematização que realizam sobre o desenvolvimento capitalista na busca do estatuto próprio da moeda. Os regulacionistas ocupam posição destacada entre os interlocutores necessários no debate sobre as transformações e crises recentes do mundo capitalista. Não se contentando com a mera remissão aos textos marxianos, Teixeira percorre de forma paciente (didática) o argumento, explicitando as metamorfoses que levam às "determinidades do trabalho criador de valor".

Chega, também, a bons resultados no tratamento dos temas dos salários e a tendência à pauperização, ao estabelecer um profícuo diálogo com Roman Rodolsky e Ruy Fausto. Conquanto encontre no primeiro autor o percurso da tematização sobre a teoria dos salários, construída a partir de uma leitura de *O capital* fertilizada pelos *Grundrisse*, é ao segundo a quem Teixeira deve a conclusão quanto ao método de exposição em Marx. É a partir de Fausto que conclui pela necessidade de "incorporar à análise de *O capital* sobre as tendências objetivas do sistema as tematizações elaboradas por Marx em *Salário, preço e lucro*, onde aí se incorpora a luta de classe".

Essa tendência ou recurso à tematização pela filosofia é uma das características do texto por inteiro. O ponto de partida é uma

referência à posição de Habermas no debate sobre a centralidade do trabalho e Ruy Fausto é uma presença fundamental ao longo do livro. Teixeira somente faz emergir, de forma mais evidente, a sua formação, enfrentando, no último capítulo, um tema recorrente entre economistas: a questão da transformação dos valores em preços. É sobre essa questão que se desenvolve, no campo próprio da economia, a questão do trabalho enquanto amálgama do mundo dos homens. A impossibilidade da transformação, como pretende o neoclassicismo, tomaria desnecessária a Teoria do Valor Trabalho de Marx e a sua substituição pelo análogo construído pela economia vulgar, a Teoria do Valor Utilidade.

Há pontos problemáticos a merecerem destaque, quanto aos objetivos sinalizados pelo autor nos prolegômenos. A sua contribuição como economista não o leva a estabelecer um diálogo com autores contemporâneos no campo próprio do pensamento econômico, preferindo as formalizações pela filosofia. A mera leitura dos clássicos não leva necessariamente à (re)posição da crítica. O desvendamento do caráter ideológico da economia convencional, que se propaga pela visão de mundo decorrente de variantes aparentemente neutras e pelo uso apologético de suas descobertas, se faz possível quando

atacado pelas raízes revigoradas por (re)conceituações. Assim, há uma certa frustração do esforço em realizar uma tematização ancorada na dinâmica capitalista, neste final de século, do ponto de vista do pensamento econômico. Assim como chega a um enquadramento restrito do tema da transformação situando-se no diálogo entre Mario Luiz Possas e Claudio Napoleoni.

A preponderância das formalizações pela filosofia tem o sentido de deslocar o debate da angulação proposta pela economia política contemporânea, levando Teixeira a abrir mão de um diálogo enriquecedor, no campo do pensamento econômico, com os regulacionistas e setores do (neo)keynesianismo. É marcante a relação entre Marx e a teoria moderna do crescimento para a qual contribuíram essas duas variantes do pensamento econômico.

Em sentido geral, a obra, polêmica em si mesma, é um bem-sucedido esforço no campo marcadamente complexo da interpretação do texto de Marx. A fidelidade a este se realiza, como observado no prefácio de Manfredo de Oliveira, por manter o esforço interpretativo nos limites da "matriz dialética".

OCTÁVIO BRANDÃO

Forças encadeada,

Rio de Janeiro, 1995,

Antonio Arnoni Prado (Professor do Instituto de Estudos Literários, Unicamp).

Nestas *Forças encadeadas*, volume de versos inéditos do libertário Octávio Brandão (1896-1980) que acaba de ser publicado no Rio de Janeiro, mais do que a notação pessoal de combates e batalhas nem sempre levados a bom termo, o que marca é uma espécie de relicário de ilusões que ao longo dos anos vincaram primeiro a alma e depois a obra. Nas oito seções que repartem o livro ("Poesia da terra

natal", "A poesia de Laura", "Sentimento", "Pensamento", "Hinos cósmicos", "A revolta", "Cantos revolucionários" e "Em marcha para o futuro"), a nota do lirismo afina para a revolta os acordes românticos que José Oiticica um dia destacou em epígrafe para depois lançar, não isento de amargura, à fogueira das vaidades. Talvez tivesse razão, vistas as coisas do quadrante

de hoje, muito afastado como sabemos da linha do horizonte em que travaram, ambos, em plena juventude, ao lado de um Astrojildo Pereira, de um Florentino de Carvalho, de um Edgard Leuenroth, algumas das lutas decisivas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Para Oiticica, a imagem que vai ficar é a do Octávio Brandão anarquista, o homem "culto, inteligentíssimo, profundamente sincero e honesto, [...] avesso ao mando como à submissão, anarquicamente desrespeitador de ídolos e incapaz de receber ordens", ao lado do qual, em missão clandestina, falou em fins de 1918 a centenas de pescadores insubordinados "que se agitavam sem saber lutar (1)". Num poema escrito por aqueles dias, num dos vagares de uma incursão pelos canais de Alagoas em busca do petróleo, o poeta Octávio Brandão, olhando as colinas da margem direita do rio Paraíba, exaltava no Zumbi dos Pai mares "o varão, o eternal, o gigante" em que pulsava "o sopro astral, sublime da igualdade". Por essa época, desfrutava de um lindo quintal ao pé de lento riacho, "perto do sorriso ideal" da irmã, testemunha fiel do abandono naquele "mundo morto de engenho antigo, a dormir, a sonhar (2)". Era moço e já muito impressionado pelo tema de escravidão e do heroísmo, que entremeava a uns quantos versos parnasianos e descorados, em geral de louvação à natureza da terra nativa, de onde brotariam as primeiras visões: a vida em liberdade, a igualdade entre os homens, a mulher amada que lhe daria o primeiro filho, também moldado no heroísmo:

*filho do fogo réu e da procela,
Herói... clarão ... incêndio ... luz
... rastilho ...*

e, como um rebento de Tirteu, encarnaria o avatar da rebelião

destinado a cantar a Vitória em todos os seus tons:

*Látigo para os maus, luz para os
bons, Canto de guerra num milhão
de gritos, Brado de luz para os
milhões de aflitos!(3)*

Movia-o então a certeza algo ingênua de que a arte dos trópicos daria um outro rumo ao espírito da humanidade. Gauguin é evocado por ele num manuscrito intitulado "O caminho: Epopéia nacional brasileira", a perambular pela baía da Guanabara, cuja beleza lhe teria inspirado o mergulho no paraíso dos mares do sul. O mesmo dirá das impressões do jovem guarda-marinha Rimski-Korsakov a bordo do navio a vela Almáz acerca do "prodigioso oceano tropical, com o seu azul e os seus clarões fosforescentes, o sol admirável e suas nuvens (4)". A poesia "inspirada nas multidões, temperada na dor das batalhas", é um dos temas que se revelam nos manuscritos inéditos do jovem poeta, inconformado com a atitude dos nossos intelectuais, que chega a comparar "flores de estufa a escribas desenraizados do Brasil, voltados para a França decadente e não para a França imortal (5)". Tanto assim que em *Canais e lagoas*, publicado em 1919 pela Livraria Jacinto Ribeiro dos Santos, esse tema reaparece combinado à *lei do desenvolvimento universal* da Humanidade, tão cara aos anarquistas, mas já cortada pelo imperativo da ideologia da libertação nacional inspirada, segundo Octávio, "na doutrina de Marx, Engels e Lenin", com o que o poeta e os artistas em geral passam a integrar as fileiras da luta programática. "Que os artistas e literatos - escreve agora Octávio Brandão - se inspirem no realismo revolucionário e cantem

1. Cf. José Oiticica: "Bem feito!", in *Ação direta* (seleção, introdução e notas de Roberto das Neves). Rio de Janeiro, Germinal, 1970, p. 254. Ver também, no mesmo livro, os artigos "Anarquistas e bolchevistas" e "Brandão e Gildo!!!".

2. Octávio Brandão, "Viçosa de Alagoas", "A quinta do paraíso" e "Engenho pejado" in *As forças encadeadas*. Rio de Janeiro, 1995, p. 17.

3. Ver "Meu filho", *ibid.*, p. 29.

4. Cf. *O caminho: epopéia nacional brasileira* (Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH da Unicamp), 2º vol., p. 7.

5. *Id.*, *ibid.*, p. 108.

a vida, a luta e a história do povo (6)".

Nada mais destoante, no entanto, de certas páginas destas *Forças encadeadas*, que agora vêm a público apresentadas por um texto evocativo e oportuno da filha Dionysa. Ao leitor acostumado ao martelar insensível das palavras de ordem ou mesmo ao palavrório desarticulado tão comum às abstrações forçadas dos textos militantes, o que surpreende é o tom desigual do combatente que se confessa e penitencia, apesar e a pretexto das batalhas a enfrentar. Lendo-o, a impressão que fica é a do homem que por momentos interrompe um combate para olhar comovido a devastação circundante e sem remédio. No centro a modulação das palavras aparando discrepâncias profundas, malgrado o jorro emotivo da pregação ideológica. Do compasso regular, quase solene, dos versos ditados pela alma anarquista em geral sonetos e quadras rimadas - aos textos mais longos inspirados na gramática do partido (poemas maiores, versos soltos e brancos, certa funcionalidade das formas), o traço singular que por vezes aflora é o do olhar impressionado que se distancia, alheando-se de tudo. Duas palmas num rosal iluminado sintetizando a alma revolucionária de Nise da Silveira ("A uma violeta"), a esperança da trégua "em tanta raiva, em tanto fel" ("Ensarihar armas!"), a agonia do Sete Estrelo sob uma estranha nebulosa como emblema da vida miserável dos deserdados ("O trabalhador de enxada").

Maria Luisa Berneri, afilhado libertário italiano Camilo Berneri, que, incentivada por George Woodcock, trabalhou fundo a distinção entre utopias autoritárias e utopias revolucionárias, nos fala da inaptidão dos visionários e dos poetas para o mundo planejado das utopias nos tempos modernos (7). As coisas mais ou menos se passam como se entre o espírito conservador e o empenho

revolucionário se interpusesse uma habilidade prática, de poder de decisão, sem a qual as imposições da luta social não conseguem avançar, motivo aliás suficiente - como sabemos - para que um visionário como Landeuer (nas palavras de Martin Buber), referindo-se a Walt Whitman, a quem traduziu, o comparasse a Proudhon na sua indefinição entre o sonho e a realidade, o bem comum e a vocação individualista.⁸

Não por acaso é o mesmo Walt Whitman que dá a Octávio Brandão as epígrafes dos livros V ("Hinos cósmicos") e VI ("A revolta") que, em certo sentido, harmonizam duas aspirações opostas: a do visionário que espera voltar "sobre a face da terra, passados cinco mil anos" e a do militante convicto de que os seus versos farão "redobrar os tambores da rebelião" - pontos extremos de reminiscências que aproximam Bakunin e Castro Alves, Marx "e o *Rig Veda*, a aspiração à morte meditada num subúrbio de Moscou e as atribuíções do caboclo Boborema nos sertões remotos do Ceará.

No entanto, é quando fala dos homens ou de sua própria trajetória, e não do partido e da revolução, que a poesia de Octávio Brandão parece apaziguar as indecisões de alguém cuja vida foi marcada pela dor e pela injustiça, nas palavras da filha Dionysa. Não surpreende que justamente através dela, depois de encerrada uma vida de lutas e de provações, uma coletânea de versos *post mortem* venha afinal confirmar que o sonho permaneceu como a única certeza em seu corajoso legado revolucionário. Talvez por isso Lima Barreto, que com ele se solidarizou publicamente pelas perseguições que sofreu por parte do governo de Alagoas, decidiu incluí-lo num texto hoje esquecido sobre *Canais e lagoas*, na falange dos grandes sonhadores - os "doces sonhadores" de verdades.

6. Cf. *Canais e lagoas*. Versão manuscrita (Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH da Unicamp), pp. 59-60.

7. Maria Luisa Berneri. *Viaggio attraverso utopia*. Pistóia, Edição do Movimento Anárquico Italiano (1981), passim."

8. Cf. Marin Buber. *O socialismo utópico*. São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 68.

CÉLIO GARCIA (org.)

Política, partido, representação e sufrágio:

a polémica entre Alain Badiou e Ronald Rocha. Belo Horizonte, Projeto, 1995.

Sérgio Lessa (professor da Universidade Federal de Alagoas e membro do Comitê Editorial da revista *Crítica Marxista*).

Política, partido, representação e sufrágio: A polémica entre Alain Badiou e Ronald Rocha dificilmente poderia ser publicado em momento mais oportuno. O conjunto de conferências, artigos e entrevistas que contém aborda uma questão decisiva para a complexa tarefa de constituição de uma práxis revolucionária neste final de século. Concebendo por *praxis* revolucionária aquela que acumule forças para a superação da ordem - com todos os problemas de uma tal concepção - Alain Badiou (professor da Universidade Paris VIII) e Ronald Rocha (sociólogo, membro do diretório nacional do PT, da Editora da *Praxis* e do Conselho de Colaboradores da *Crítica Marxista*) propõem-se a investigar os parâmetros intelectuais para uma política emancipatória na contemporaneidade.

Para Alain Badiou, a condição *sine qua non* seria o reconhecimento de que o *locus* da *praxis* revolucionária é completamente externo ao Estado: toda disputa institucional e, acima de tudo, as eleições gerariam a domesticação dos eventos transformadores, resultando inevitavelmente no seu enquadramento nos horizontes da ordem. Neste caso, para o autor francês, "a subordinação da política ao Estado é uma subordinação de princípio" (p. 21). Por isso, a partir do momento em que a esquerda assumiu "os encargos do Estado, a lógica própria do Estado levou a melhor, de um jeito total, de maneira absoluta" (p. 33). Os movimentos populares e a política emancipatória se amoldaram à ordem estatal vigente, pois "as eleições são um momento de organização da ordem que, afinal de contas, é a ordem do Estado ... " (p. 67).

A recusa por princípio à luta institucional se articula, em Badiou, com uma crítica radical ao partido e à representação política. Como,

segundo ele, a política é uma esfera que possui seus fundamentos em si própria, e como o desenvolvimento histórico não é portador de uma racionalidade imanente ("a história não existe"), a representação é necessariamente um processo de castração dos impulsos contestatórios e de reafirmação dos desígnios conservadores da política dominante (pp. 69-70). Tais concepções são os fundamentos da tese de Badiou acerca da necessidade da elaboração de um "pensamento" político que possibilite às subjetividades escapar das arapucas institucional eleitorais e evitar que sejam seduzidas pela lógica burocrático-administrativa que perpassa a participação parlamentar. Uma "política livre [...] tem que se destacar do Estado, distanciar-se" (p. 33) e anunciar um projeto de ruptura não violento, centrado na idéia de que "o Estado viria a desaparecer, mas que conservaria tal idéia organizando-a diretamente, sem passar pela figura do próprio Estado" (p. 28).

Ronald Rocha pondera que tais concepções "acabam negando um dos principais instrumentos de que os trabalhadores dispõem para enfrentar a exploração e a opressão do capital: deixam o monopólio da partidarização dos indivíduos nas mãos das forças conservadoras" (p. 47). Este é o terreno escolhido por Ronald Rocha para contrapor-se ao pensador francês: ao afastar-se da luta, necessariamente política, pelo poder do Estado, Badiou abandonaria à burguesia o terreno da disputa pelo poder, já que não há política fora da disputa contra e pelo Estado. "Retire-se o Estado da política, e o que sobraria? O Estado é um órgão político *par excellence*. Não o considerar como tal transparece um preconceito em relação à disputa em nível do poder. Trata-se da idéia de um fazer político, não independente do Estado, mas indiferente à sua

realidade" (p. 53).

Ronald Rocha descarta a idéia - por absurda- de que as eleições jamais poderiam ser taticamente abordadas através de uma estratégia revolucionária. Mas isto não o conduz à tese segundo a qual seriam elas a única e exclusiva mediação da práxis revolucionária. Segundo ele, "o Estado é de fato um limite da emancipação política, mas um limite político e não suprapolítico [...]. O exercício do poder é sempre uma práxis política e desse 'sortilégio' não há fuga possível, a não ser no abstencionismo" (p. 53). As concepções de Badiou conduzem, segundo Rocha, ao combate à "partidarização da militância socialista e ao elogio ao abstencionismo nos processos eleitorais, ambos como dogmas" (p. 54). Se o institucionalismo conduz "à reprodução da hegemonia burguesa", a alternativa revolucionária estaria na organização de "partidos socialistas" e no enfoque da "participação parlamentar" como "um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global" (p. 54), e não no "abstencionismo".

As sucessivas derrotas eleitorais da esquerda brasileira parecem hoje conduzir a duas vertentes políticas opostas. Por um lado, questiona-se a validade da participação nos processos eleitorais; por outro lado, descarta-se a possibilidade histórica de uma mudança para além da sociabilidade regida pelo capital. A primeira conduz, de um reformismo arraigado a um esquerdismo ou a um indiferentismo incoseqüente, num movimento pendular bastante conhecido. A segunda vertente transforma o reformismo "radical" em "conservador", sob o argumento de que as derrotas eleitorais teriam "demonstrado" a inviabilidade de projetos mais à esquerda.

Nesse clima e nesse contexto, o debate entre Badiou e Rocha é um subsídio da maior relevância. Ambos os autores possuem em comum uma profunda insatisfação com a forma atual da militância política da esquerda, e ambos concordam que ela, no

seu senso comum, perdeu a perspectiva da superação da ordem burguesa. Como reverter esta situação? Badiou propõe um "pensamento" que articule o cerco ao Estado a partir do seu exterior, com sua dissolução sem a mediação da *praxis* ou do próprio Estado. Rocha situa o problema no plano da elaboração de uma estratégia revolucionária. O problema não estaria simplesmente na participação institucional em si, mesmo porque em certas conjunturas a recusa ao sufrágio se justifica, mas em realizar essa participação à revelia de uma "estratégia revolucionária global" que a orientasse no sentido da construção de uma contra-hegemonia. As diferenças práticas imediatas entre as propostas dos dois autores não poderiam ser maiores. Um dos méritos da polêmica é explicitá-las com uma honestidade exemplar e rara nestes dias.

Enquanto texto marcado pelos impasses práticos e teóricos que vive o movimento revolucionário (tomado aqui no sentido mais amplo e, por isso mesmo, impreciso), permeado pelo *Geist* de nossa época, ele é também um representante de rara qualidade do estágio em que nos encontramos nessa área. Para aqueles que, de um modo geral, aproximam-se das posições de Badiou, o "abstencionismo" a elas inerente é uma faceta que demonstra a fragilidade e o formalismo de seus pressupostos. Para aqueles que se aproximam das posições de Ronald Rocha, resta o enorme desafio da descoberta de como, na ausência de uma estratégia global revolucionária, e mesmo na impossibilidade de sua elaboração a curto prazo, evitar que a participação institucional seja mera mediação da "domesticação" dos militantes socialistas à ordem burguesa.

Enfim: um texto vivo, que não se esconde na (má) teoria para evitar as dificuldades em desvelar o real, que enfrenta as divergências sem complacência e que trata do nó górdico que confronta os revolucionários neste final de século: como militar em tempos de contra-revolução.

Notas

Desde que se editou o primeiro número, a repercussão de *Crítica Marxista* se expressou de inúmeras formas: palavras de incentivo e crítica, cartas de apoio, convites para participação em encontros de intelectuais marxistas e com publicações de esquerda, debates para lançamento da revista em vários centros universitários, sindicais etc. Na medida em que essas manifestações e eventos dão testemunho da intensa atividade no campo marxista, julgamos conveniente anota-los em uma seção da revista.

Nesse sentido, no último semestre de 1995, alguns editores participaram de encontros internacionais. No final de setembro, estivemos representados na *Monthly Review*, em Nova York, participando de um debate sobre a situação atual da esquerda e do marxismo no Brasil, com a presença, entre outros, do editor Harry Magdoff. Na ocasião, foi possível conhecer as atividades da *New York Marxist School* e do *Brecht Forum*, que funciona ao lado de MR, a convite de Eric Canepa. Definida como "um lugar para pessoas que trabalham a favor de uma transformação social fundamental e por uma nova cultura que põe no primeiro plano as necessidades humanas", a escola oferece cursos de educação popular, aulas de línguas, palestras e seminários. Em comemoração de seu vigésimo aniversário, patrocinou no último trimestre de 1995 cursos e conferências sobre Ernst Mandel, a questão racial norte-americana, Gramsci e o Estado, movimento operário nos EUA e outros temas.

Também em fins de setembro, dois colaboradores da revista apresentaram o projeto da revista na reunião dos editores da revista norte-americana *Latin American Perspectives*, realizada em Washington, como parte das atividades do XIX Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos. Presentes, entre outros, nossos colaboradores

Ronald Chilcote, Timothy Harding e James Petras.

Um membro do conselho editorial representou CM no Congresso "Marx International", que reuniu participantes de 23 países, em Paris, no começo de outubro de 1994. Apresentaram-se no congresso três tendências principais; a primeira, defendida, entre outros por Jacques Bidet, de *Actuel Marx*, propõe a incorporação ao marxismo dos debates em torno da democracia, recuperando concepções do contratualismo social que remontam a Rousseau. A segunda, afirmada por Lipietz, por exemplo, tenta reverter o marxismo, lançando mão das contribuições da ecologia. A terceira vertente, representada por um amplo leque que incluía Fredric Jameson, David Harvey e Guido Oldrini criticava as visões anteriores como cedendo terreno ao campo não-marxista. Um encontro entre as revistas presentes reuniu editores de *Doxa*, *Tesis 11*, *Críticas de Nuestro Tiempo* e *Aportes* (Argentina), além da edição platina de *Actuel Marx*; *Cahiers Marxistes* (Bélgica); *Alfaguara* (Uruguai); *Links* (Austrália); *Espacios* (Equador) e *Praxis* (Brasil), entre várias outras.

Na segunda quinzena de outubro, outro membro do conselho editorial participou do II Seminário Internacional "El Nuevo Orden Mundial a fines del Siglo XX: El Socialismo como Pensamiento y Perspectiva", em Rosario, na Argentina. O evento foi organizado pela Escuela de Historia da Universidade de Rosario e pelas revistas *Cuadernos del Sure Actuel Marx*, reunindo pesquisadores, estudantes e militantes políticos. No grupo de trabalho dedicado às revistas marxistas e socialistas do Cone Sul, estiveram presentes deztoito publicações - do Brasil, Argentina e Uruguai. Na ocasião, reafirmou-se a disposição de realizar um encontro das revistas de esquerda em 1996, na cidade de Montevidéu.

Em relação ao intercâmbio de

publicações, recebemos as revistas *Crítica Marxista* (da Itália, por intermédio de seu colaborador Antonino Infranca), *Dialéctica* (México, de seu editor Gabriel Lozano, que também nos enviou seu mais recente livro, *Más allá del derrumbre*, Ed. Siglo XXI), *Cuadernos del Sur* (Argentina, através de seu editor, Eduardo Lucita), *Trabajo y Capital* (Uruguai, pelo editor Guillermo Foladori) e *Alfaguara* (Uruguai, por intermédio de Fernando Moyano).

Crítica Marxista foi também

signatária do Protocolo de Santa Maria, RS, junto com as revistas *Alfaguara*, *Praxis*, *Brasil Revolucionário* e *Teoria & Praxis*, cujo objetivo é promover um real intercâmbio entre as publicações marxistas da América Latina. Por fim, cumpre registrar que *Marxismo Oggi*, em seu primeiro número de 1995 anotou a publicação de nosso primeiro número.

JRM/RA
novembro 1994

EM MEMÓRIA DE FLORESTAN FERNANDES (1920-1995)

Caio Navarro de Toledo

Foram muitas as lutas e os combates enfrentados por Florestan Fernandes durante sua fecunda vida.

Nos anos recentes, embora fisicamente combalido por uma doença - cirrose hepática provocada por uma transfusão de sangue contaminado - que lhe impunha cuidados médicos constantes, Florestan jamais ensarilhou suas armas. Sua *virtu* consistia em desafiar abertamente a má sorte, opondo-lhe a lucidez de seu espírito combativo e a força de sua integridade moral. A enfermidade não fazia calar a apaixonada defesa das idéias que constituiriam a própria razão de sua existência. Relata o noticiário de um jornal que, poucos dias antes de sua morte, ao entrar na sala de cirurgia, com voz débil, mas, serena, testemunhou: "O que me mantém vivo é a chama do socialismo que está dentro de mim".

Para os que hoje, nos meios intelectuais, optaram pelo cinismo da razão e pelo pessimismo da vontade - na exata inversão do que ensinava o revolucionário no cárcere fascista -, tal declaração não deixaria de soar patética ou quixotesca. No entanto, longe da retórica e da profissão de fé, Florestan - através da afirmação

do socialismo - expressava com inteira autenticidade a *segunda natureza* que nele se plasmou harmonicamente, produto de aguda sensibilidade humana e radical intolerância diante de toda e qualquer forma de opressão e exploração sociais.

A aprendizagem sociológica e política de Florestan, como ele reconheceu, iniciou-se com a criança de seis anos, quando começou a trabalhar a fim de ajudar sua mãe, viúva, lavadeira e empregada doméstica, a pagar o aluguel dos porões ou dos quartos de cortiços dos bairros da periferia da cidade de São Paulo. Foram várias as venturas e desventuras que pontilharam uma infância e adolescência marcadas pela necessidade de buscar trabalho, por vezes "humilhante e degradante". Ele e a mãe - nas suas palavras, a "soma de duas fraquezas não compõe uma força" - eram "varridos pela tempestade da vida" e o que os salvou foi o *orgulho selvagem* dos desenraizados.

Perdido no mundo hostil, o jovem voltava-se para dentro de si para descobrir nas "técnicas do corpo" e nos "ardis dos fracos" os meios de autodefesa para a sobrevivência.

Mas, da experiência de vida compartilhada com os demais marginalizados e ofendidos da cidade, o adolescente retirará ensinamentos decisivos que o acompanharão durante toda a vida: "O caráter humano chegou-me por essas frestas, pelas quais descobri que o 'grande homem' não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história; é o homem que estende a mão aos semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio, como fariam os meus Tupinambá".

Superando obstáculos que se colocavam para o jovem pobre e autodidata, "sem berço e sem nome", na São Paulo dos anos 40, o lumpenproletário chega à Universidade de São Paulo. O invulgar talento para a pesquisa empírica e a voracidade para a leitura da bibliografia sociológica e antropológica disponível (na sua maioria, em língua estrangeira) transformam o "estudante promissor", em poucos anos, no brilhante assistente da cadeira de Sociologia II. Uma ruptura inimaginável na vida de um homem de origens rústicas. Integrando-se, assim, desde muito cedo à elite pensante da USP, sofisticando-se intelectualmente através da educação letrada e da aquisição de novos padrões de vida; Florestan, no entanto, jamais negará a sua "natureza selvagem, agreste, de filho de dona Maria" - a herança mais preciosa que carregou até o fim de sua vida, conforme assinalou em alguns depoimentos.

Poucos intelectuais no Brasil podem ser qualificados como pensadores originais e criativos. Florestan é um deles. Sem referência à sua obra-documento, como já foi observado, será difícil entender a sociedade brasileira contemporânea pois seus trabalhos analisam - com argúcia e rigor - os dilemas, as contradições e as possibilidades do Brasil neste século. Mais de 50 livros publicados - alguns ainda no prelo - continuarão a orientar novas pesquisas e ensaios acadêmicos no campo das ciências sociais e a reflexão crítica acerca da formação social brasileira, nas suas múltiplas dimensões - economia, política, cultura, relações raciais etc.

Como intelectual militante (marxista e leninista, como gostava de

sublinhar), Florestan buscou sempre responder à inevitável questão: como compatibilizar a atividade teórico-científica com o radicalismo político e ideológico? Estava convencido de que era impossível- e também indesejável e improdutivo - separar a investigação sociológica do movimento socialista, isolando a sociologia do socialismo. A realidade, dizia, impunha que ambos avançassem interligados, influenciando-se de maneira permanente, profunda e fecunda. Recusando-se a aceitar as armadilhas da pretensa neutralidade axiológica, era categórico em afirmar: "No fundo, temos de arcar com a responsabilidade de saber em relação a que somos funcionais (ou instrumentais): ao pensamento conservador, que se converteu inexoravelmente num pensamento contra-revolucionário [...] ou ao pensamento socialista, o único que encarna as potencialidades da transformação revolucionária da ordem social imperante no Brasil".

Neste particular, sempre manifestou uma incontida insatisfação em face da sua própria trajetória intelectual, sendo implacável na autocrítica: "Todas as tentativas que fiz para combinar as duas coisas falharam". Mas a explicação tinha razões estruturais que independiam da generosa vontade do pensador crítico: não existia um movimento socialista forte e enraizado na sociedade brasileira que servisse de substrato e de apoio para os intelectuais de formação socialista. Embora recusasse a observação de que teria privilegiado a ciência "contra o socialismo", reconhecia - avaliando sua produção acadêmica nos anos 40-50 - que se "tivesse seguido um caminho, no qual pudesse definir a minha perspectiva como cientista social a partir de um movimento socialista forte, nunca teria trabalhado com os temas com os quais eu trabalhei". Há que se observar, no entanto, que os clássicos trabalhos sobre os tupinambás, o negro e o folclore na cidade de São Paulo (que tinham como objeto os excluídos, os marginalizados, os desenraizados) foram elaborados sob a ótica de uma teoria social crítica.

Uma avaliação criteriosa e sistemática do conjunto de sua obra ainda está por ser feita. Além da questão acima mencionada, temas polêmicos, suscitados por seus trabalhos, deverão ser debatidos e

esclarecidos; por exemplo, no campo do materialismo histórico, sua tentativa de compatibilizar particularmente nas primeiras obras - o método funcionalista e o método dialético, a natureza da sua interpretação marxista, sua visão (e crítica) do chamado "socialismo real" e a explicação de sua crise e colapso, a consistência teórica da sua defesa do socialismo revolucionário no mundo contemporâneo etc.

Florestan foi, no Brasil e no exterior, um veemente inimigo da ditadura militar. No seu caso, o regime militar não se equivocou ao aposentá-lo compulsoriamente da USP, na tentativa de intimidar e fazer calar a sua voz. Através de livros, artigos e entrevistas em jornais e revistas, cursos e uma incansável atividade como conferencista, sua palavra nunca foi silenciada.

Em meados dos anos 80, o tribuno e escritor militante - depois de ter recusado convites anteriores - ingressou no Partido dos Trabalhadores. Recolhendo recursos da venda de seus livros e com o apoio entusiasmado da militância comprometida com suas idéias, Florestan se elegeu deputado federal, em 1986, com mais de 50 mil votos. Em 1990 seria reeleito, deixando de se candidatar nas últimas eleições legislativas. O intelectual socialista, no entanto, manteve sempre uma postura crítica face à "política profissional", não se deixando seduzir pelos encantos, privilégios e facilidades inerentes à representação parlamentar na ordem democrática burguesa.

Ativo deputado federal, com atuação destacada na área da educação, não deixou de assinalar um certo isolamento dentro do partido. Falando sobre sua presença no PT, numa entrevista em 1989, afirmou: "Eu sou muito bem-vindo no PT; gostam muito de mim, mas lá fiquei relativamente isolado. Sou como um sabiá que canta sozinho". Florestan, como se sabe, não se filiou a qualquer tendência do PT; na condição de "independente", sempre manteve uma relação amistosa e cooperativa com as facções internas, recusando-se a discriminar quem quer que fosse. Como um possível antídoto aos efeitos negativos da crescente institucionalização do PT, julgava ser positiva a existência das tendências -

particularmente daquelas comprometidas com o socialismo revolucionário.

Leal ao PT - como também colaborador generoso dos movimentos sociais e partidos de esquerda brasileiros (ex-PCB, PC do B, PSB e outros pequenos grupos) bem como de partidos da esquerda latino-americana -, Florestan, contudo, nunca abdicou de suas convicções revolucionárias. Em virtude disso, questionava o chamado "socialismo petista" (seja na fórmula do socialismo "democrático", seja na versão do socialismo "moderno") bem como a recusa teórica - quando não hostilidade - de setores do partido diante do marxismo.

Em sua atuação parlamentar, nunca deixou de afirmar sua condição de intelectual. Mas de *intelectual radical* - sem nenhuma semelhança com os pseudamente intelectuais "extremistas", os chamados "socialistas de cátedra", ironizados por Marx, "que se deitavam em seus sofás e maldiziam a revolução, que era impossível ...".

Seus últimos escritos e depoimentos manifestavam um profundo desagrado pela dinâmica interna e posições políticas e ideológicas recentemente assumidas pelo PT: a excessiva burocratização interna em detrimento da participação da militância, a fetichização e culto da democracia, o apego crescente ao eleitoralismo, a redução da política ao plano institucional, o isolamento do partido em relação aos movimentos sociais mais combativos e seu descolamento face às amplas camadas marginalizadas e despossuídas - em poucas palavras, a perspectiva da social-democratização do PT era uma alternativa que ele pessoalmente não admitiria convalidar. No I Congresso, indagou sem equivocos: "O PT manterá a natureza de uma *necessidade histórica* dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais, se preferir a 'ocupação do poder' à ótica revolucionária marxista?"

Na cerimônia de seu funeral, a indagação de Florestan ressurgia no simbolismo ali presente: as flores dos sem-terra - alguns deles tinham sido massacrados, em Rondônia, na véspera de sua morte - e as bandeiras vermelhas do PT eram empunhadas

por companheiros entoando a velha canção que identifica os comunistas em todo o mundo.

Para Florestan Fernandes, os versos do internacionalismo proletário

nunca foram uma canção dissonante. Ou, como diria, "não eram letras mortas ou um poema sem encantos".

EM MEMÓRIA DE ERNEST MANDEL (1923-1995)

João Machado

No dia 20 de julho morreu em Bruxelas, na Bélgica, vítima de um ataque cardíaco, Ernest Mandel, militante socialista e teórico marxista, um dos mais importantes do século.

Nasceu em 5 de abril de 1923, em Frankfurt (Alemanha), de uma família judia. Seu pai, militante do PC alemão, havia emigrado para a Bélgica depois do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em 1919. Embora já vivesse em Antuérpia, a mãe de Ernest preferiu Frankfurt, que lhe era mais familiar, para o parto.

Mandel começou sua militância política muito cedo, na luta contra a Segunda Guerra Mundial. Antes de completar 17 anos, ingressou na IV Internacional, fundada menos de dois anos antes por iniciativa de Leon Trotsky. Durante a ocupação nazista, foi preso três vezes, e por duas vezes conseguiu fugir. Depois da guerra, participou da reorganização da IV Internacional; quando ela se dividiu, foi um dos principais dirigentes do Secretariado Unificado até sua morte.

Mandel reuniu várias das melhores características do movimento operário do início do século: internacionalista (desde que veio ao mundo, aliás: de nacionalidade belga, nascido na Alemanha), políglota, dono de uma cultura ampla. Escreveu muito, sobre uma grande variedade de temas.

No terreno da economia, algumas de suas obras estão entre as mais importantes do marxismo. O *Tratado de economia marxista*, que lhe custou dez anos de trabalho, foi publicado em francês, em 1962, e difundido em várias línguas. Procurou confrontar a economia marxista com os

conhecimentos históricos e econômicos acumulados fora do campo marxista, e provar a partir daí sua atualidade e sua capacidade de compreender os problemas correntes.

A renovação do pensamento econômico marxista serviria de base para um grande desafio: o de explicar o capitalismo do pós-Segunda Guerra. Antes dela, este sistema tinha passado por um período de crise e depressão; a maioria dos marxistas acreditava que ele vivia uma crise agônica. Nos anos 50 e 60, ocorreu o contrário: o capitalismo, recorrendo às políticas keynesianas e permitindo o desenvolvimento do "Estado do bem-estar", parecia ter adquirido um vigor inesgotável, e conseguiu superar muitas das suas contradições; dizia-se que tinham sido desmentidas teses fundamentais de Marx como a de que a "lei geral da acumulação capitalista" é acumulação de riqueza em um pólo e de miséria no outro.

Após muitos artigos em torno do tema do "neocapitalismo", Mandel chegou a *O capitalismo tardio* (primeira edição em alemão em 1972, publicado no Brasil na coleção "Os Economistas", da Editora Abril! Nova Cultural), talvez sua obra teórica mais importante. Retoma aí a teoria das "ondas longas" na economia capitalista. Além disso, associa-lhe a "lei da tendência decrescente da taxa de lucros" marxista, e procura mostrar que há uma assimetria básica nas "ondas longas". A lógica interna da própria economia (mundial) explica o esgotamento de uma "onda longa expansiva", e pode explicar a natureza acumulativa de cada "onda longa", uma vez iniciada. Mas a

passagem de uma "onda longa recessiva" a uma "expansiva" depende de fatores externos, exógenos, sobretudo políticos.

Esta análise lhe deu base não apenas para explicar a expansão capitalista do pós-Segunda Guerra (a partir de um grande aumento na taxa de mais-valia, resultado das grandes derrotas da classe operária nos anos 30 e 40 - fascismo, Segunda Guerra, Guerra Fria), como para prever o esgotamento desta fase. Isto logo viria a se confirmar, particularmente com as recessões generalizadas da economia mundial em 1974-75 e 1981-82.

Por outro lado, Mandel pôde afirmar também que não haveria retomada automática do crescimento. Que, além de inovações que elevassem a produtividade e abrissem novos mercados, um revigoramento do capitalismo dependeria também da imposição de grandes derrotas aos trabalhadores, que possibilitassem o aumento da taxa de mais valia.

A questão das condições da expansão capitalista e dos seus ritmos certamente é polêmica. Mas não pode haver dúvida de que os anos 80 e 90 têm sido marcados por grandes ataques contra os trabalhadores: contra os sindicatos, contra o nível de emprego, contra os gastos públicos de caráter social etc. A burguesia tem apresentado tudo isto como uma necessidade para a retomada do crescimento econômico "sadio" (*sic*). Mas até agora o crescimento continua medíocre, mesmo o capitalismo tendo sido beneficiado ainda pelo desmoronamento do antigo campo socialista. Mandel acreditava que as condições políticas para uma nova "onda longa expansiva" ainda não estão dadas, e que a ofensiva conservadora da burguesia continuará. Com o neoliberalismo, a "lei geral da acumulação capitalista" de Marx continua mais válida do que nunca.

Os outros livros mais importantes de Mandel no campo econômico são *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*, publicado em francês em 1967 (teve uma edição brasileira, pela Zahar), *As ondas longas no desenvolvimento capitalista*, publicado inicialmente em inglês, em 1980, e a reunião de artigos analisando a evolução econômica mundial nos anos 70 e 80 (no Brasil, *A crise do capital*,

da Editora Ensaio! Editora da Unicamp, 1990).

Outra linha fundamental de trabalho de Mandel foi a da crítica aos regimes burocráticos, da análise do mal chamado "campo socialista" e das questões teóricas envolvidas no processo de construção do socialismo. Foram inúmeros os artigos nos quais Mandel tratou da história da revolução russa e da URSS, do problema da burocratização no movimento operário, da relação entre planejamento e mercado, da possibilidade de um planejamento democrático, autogestionário etc. Um dos seus últimos livros, *Poder e dinheiro*, publicado em inglês, em 1993 (Verso), trata destas questões.

Mandel escreveu muito sobre Trotsky, procurando mostrar a importância de suas contribuições ao marxismo e ao desenvolvimento de um novo projeto socialista, revolucionário e democrático. Seu último trabalho de fôlego, publicado originalmente em alemão, *Trotsky como alternativa*, acaba de ser lançado no Brasil pela Editora Xamã.

Mandel defendia a necessidade da construção de uma nova alternativa internacional, a partir da confluência de diversas correntes teóricas e políticas, num marco de unidade e pluralismo. Seria preciso combinar raízes no marxismo clássico com a integração em um corpo político coerente da experiência das diversas lutas revolucionárias, das variadas concepções teóricas associadas a elas, das novas linhas de pesquisa voltadas para a emancipação humana. Assim, desde o início da construção do Partido dos Trabalhadores, Mandel se identificou com ele, acreditando que o PT poderia ser um agente importante na construção deste novo projeto socialista. Da mesma forma, projetos de renovação teórica crítica e pluralista do marxismo, como o da revista *Crítica Marxista*, mereciam todo o seu apoio.

Mandel morreu convencido da necessidade do socialismo para o progresso da humanidade. Sabia que seu triunfo não é inevitável, que a opção está entre o socialismo ou a barbárie, cuja ameaça é mais real do que nunca. Mas a correlação de forças desfavoráveis às forças de

esquerda nos últimos anos não o fez perder seu otimismo: não há tampouco nenhum determinismo derrotista, as contradições do capitalismo estão

mais fortes do que nunca, e a bandeira da esperança continua nas mãos dos militantes socialistas.

EM MEMÓRIA DE RALPH MILIBAND (1924-1994)

Patrícia Trópia

Ocorrida no final de 1994, a morte do pensador socialista belga Ralph Miliband, pouco tempo depois de completar 70 anos, deixa um rico legado intelectual e político para todos os militantes marxistas. Sua vida, obra e prática política foram marcadas pela discussão e defesa incessantes do socialismo. Ao contrário da onda de contrição que vem assolando a esquerda mundial nos últimos tempos, o editor das revistas inglesas *New Left Review* e *The Socialist Register* (seu co-editor desde 1964) e colaborador da revista norte-americana *Monthly Review*, manteve-se convicto da atualidade do pensamento marxista e das possibilidades históricas do socialismo.

Coerente com a proposta de construção crítica do marxismo, manteve, no final da década de 60, um estimulante debate com Nicos Poulantzas acerca da natureza de classe do Estado capitalista. Este texto - publicado originalmente pela *New Left Review* constitui-se ainda hoje num importante referencial aos estudiosos da teoria do Estado. Em sua obra *The state in capitalist society* (1969), Miliband, a partir de um estudo sistemático e documentado da natureza do poder de classe nas democracias representativas, contesta as ideologias burguesas que

preconizam a neutralidade do Estado.

Sua trajetória intelectual e política também foi marcada por uma postura crítica ao fenômeno do stalinismo e às acomodações dos social-democratas.

Os leitores brasileiros encontram dois livros de Miliband traduzidos para o português: *O Estado na sociedade capitalista e Marxismo e política* - ambos publicados pela Editora Zahar. Uma parte de seu debate com Poulantzas foi publicada pela paz e Terra, numa coletânea organizada por Robin Blackburn - *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Mais recentemente, três artigos seus abordando a crise do "socialismo real" foram publicados entre nós: "Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas", em *Depois da queda*, coletânea organizada por R. Blackburn, paz e Terra, e dois outros ("A plausibilidade do socialismo" e "Fukuyama e a alternativa socialista") em *O mundo depois da queda*, coletânea organizada por Emir Sader, paz e Terra, 1995.

O número 206 da *New Left Review* nos dá a dimensão mais precisa da *démarche* intelectual e política de Miliband até sua morte. Em seu último livro, *Socialism for a Sceptical Age*, Ralph Miliband não deixaria de reafirmar suas convicções políticas e teóricas em defesa do socialismo.